



Recebido em
18-12-2017

Aprovado em
07-05-2018

Como citar este artigo

Fernandes A; Trunova A; Vicente C; Valente M; Rafael H; Ferraz I; Ferreira O; Baixinho C. [O Sismo de 1755: O Lugar do Enfermeiro na Assistência aos Feridos de Lisboa]. Hist enferm Rev eletrônica [Internet]. 2018; 9 (1):35-47.

O sismo de 1755: a atuação do enfermeiro na assistência aos feridos de Lisboa

The 1755 Lisbon earthquake: the work of nurses in the care provided to the wounded

El sismo de 1755: actuación del enfermero en la atención de los heridos de Lisboa

Ângela Fernandes^I, Anastasiya Trunova^I, Carolina Vicente^I, Miguel Valente^I, Helga Rafael^{II, III}, Isabel Ferraz^{II, III}, Óscar Ferreira^{II, IV}, Cristina Baixinho^{II, III}

^I Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Estudante do Curso de Licenciatura em Enfermagem, Unidade Curricular História e Epistemologia de Enfermagem, Lisboa, Portugal.

^{II} Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Docente da Unidade Curricular História e Epistemologia de Enfermagem. Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Enfermagem da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Lisboa, Portugal.

^{III} Doutora em enfermagem

^{IV} Doutor em educação

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar o cuidado prestado por enfermeiros aos feridos e enfermos do terramoto de 1755, em Lisboa. Realizou-se uma pesquisa documental das fontes primárias identificadas, utilizaram-se as Portarias do Governo sobre o tratamento dos feridos, a assistência aos enfermos e a sua situação após o terramoto. Foi ainda analisado o livro das Enfermarias das Portas de Santo Antão, da Casa dos Almadas no Rossio e em São Bento da Saúde, após o terramoto, em 1755. A análise destes documentos permitiu desvelar várias dimensões da assistência pós-terramoto, nomeadamente no que respeitou à admissão e registo das entradas nas enfermarias provisórias. Conclui-se que houve enfermeiros religiosos e leigos do Hospital Real de Todos os Santos envolvidos na assistência a feridos e enfermos, com a clara indicação de que esses enfermeiros eram treinados.

Descritores: História de enfermagem; Desastres naturais; Terramotos

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the care provided by nurses to wounded and sick people in the 1755 Lisbon earthquake. Documentary research was conducted with the primary sources identified, including government's ordinances on wound treatment, care to the wounded, and the

post-earthquake situation. The book *Enfermarias das Portas de Santo Antão, casa dos Almadadas no Rossio e em São Bento da Saúde*, written after the 1755 earthquake, was used. Analysis of these documents allowed to reveal several dimensions of the post-earthquake care, especially as regards the admission and records made in the temporary nursing rooms. Religious and lay nurses were found in the records of the Hospital Real de Todos os Santos, who were involved in the care to wounded and sick people, with a clear indication that these nurses were trained.

Descriptors: Nursing history; Natural disasters; Earthquakes

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar el cuidado brindado por enfermeros a los heridos y enfermos del terremoto de 1755, en Lisboa. Se realizó investigación documental. De las fuentes primarias identificadas, se utilizaron los Decretos del Gobierno sobre el tratamiento de los heridos, la atención a los enfermos y a su situación luego del terremoto. También fue analizado el libro de Enfermería de Portas de Santo Antão, Casa dos Almadadas en Rossio y en São Bento da Saúde después del terremoto de 1755. El estudio de estos documentos permitió develar varias dimensiones de la atención posterremoto, objetivamente en lo atinente a la admisión y registro de entradas en las enfermerías provisorias. Se concluye en que hubo enfermeros religiosos y laicos del Hospital Real de Todos os Santos involucrados en la atención a heridos y enfermos, con claros indicios de que tales enfermeros estaban capacitados.

Descriptors: Historia de la Enfermería; Desastres Naturales; Terremotos.

INTRODUÇÃO

O sismo de 1 de novembro de 1755, que se começou a fazer sentir a partir das 9h30, abalou e destruiu violentamente a cidade de Lisboa e teve repercussões em toda a Europa, quer a nível científico, quer filosófico⁽¹⁾. Com uma magnitude compreendida entre os 8,5 e os 9 graus na escala de Richter⁽¹⁾, o impacto dos abalos teve como consequências a grande destruição arquitetónica e um elevado número de feridos e mortos¹.

Em pleno dia de Todos os Santos², num momento em que muitos lisboetas se encontravam nas cerimónias religiosas tradicionais dessa efeméride, existiam várias velas e candeias acesas, o que contribuiu para que, no decurso desse evento cataclísmico, deflagrassem vários incêndios. Em alguns casos, os fogos duraram até cinco dias⁽³⁾. Também as águas do rio Tejo avançaram sobre a cidade e invadiram a Baixa Lisboa. Assim, o terramoto, o maremoto e o incêndio de grandes proporções que se lhes seguiu originaram inúmeras vítimas. Embora não haja consenso quanto ao número de mortos, estima-se que foram aproximadamente 60 000⁽³⁾, aos quais se somou a destruição de cerca de 10.000 edifícios⁽⁴⁾.

No início da década de 1750, a coroa portuguesa vivia em opulência como resultado do ouro e dos diamantes provenientes do Brasil, se bem que a forma pouco criteriosa como essa riqueza era aplicada tornava o país economicamente débil. Quando do terramoto de 1755, reinava em Portugal D. José I (1714-1777), “o Reformador” – filho de D. João V (1689-1750), “o Magnânimo”, que procurou recuperar o prestígio internacional que Portugal havia perdido com a dominação filipina. Quando D. José subiu ao trono, em 1750, fez-se rodear de homens sábios, destacando-se, entre eles, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), mais conhecido como Marquês de Pombal, o qual ocupou o cargo de ministro e governou efetivamente a nação com pulso de ferro, pondo os interesses do estado acima dos interesses particulares. A ele se devem todas as medidas tomadas no sentido de prevenir doenças e mitigar a fome da população após o terramoto, assim como evitar pilhagens e punir os responsáveis por elas⁽⁵⁻⁶⁾. Apesar das medidas implementadas, alguns autores consideram que as políticas de saúde pública no período compreendido entre o séc. XVIII e as primeiras décadas do séc. XIX tiveram um carácter particularmente dinâmico⁽⁷⁾. Esta foi uma época em que médicos prestigiados ainda acreditavam nas capacidades de tratamento de curandeiros virtuosos e em que a cultura estava aberta ao autodiagnóstico, à automedicação e a uma clínica praticada por leigos, permitindo a cada um ser

¹ A escala de Richter é uma escala logarítmica utilizada para avaliar a magnitude dos terremotos. Apesar de teoricamente não ter limite, entende-se que ela não ultrapassa o grau 10. Os terremotos de magnitude compreendida entre 8 e 9 são terremotos de grande potencial destrutivo levando à queda quase todas as construções humanas⁽³⁶⁾.

² O dia de Todos os Santos, 1 de novembro, foi criado há mais de 1280 anos pelo Papa Gregório III (séc. VIII). Mais tarde, no séc. IX, Gregório IV estendeu esta celebração por toda a cristandade como sendo um dia festivo e de missa obrigatória em que se veneram todos os santos⁽³⁷⁾.

médico de si mesmo num Portugal em que a medicina era entendida, de entre todas as artes, como aquela que se praticava sem aprendizagem prévia. Apesar disso, foi um período em que se lançaram as bases para “o progressivo declínio dos saberes tradicionais sobre o corpo e a cura”⁽⁷⁾, expropriando os leigos das práticas de curar diferentes enfermidades por meio da sua desacreditação junto dos povos.

Em meados do séc. XVIII, circulavam, em Portugal, obras que visavam disseminar estratégias para conservar a saúde e prolongar a vida em consonância com um saber médico formal, combatendo doutrinas erradas e subversivas no que à saúde dizia respeito. Os hospitais de então eram apelidados de “casas de caridade”⁽⁸⁾, prestando assistência aos mais frágeis, hospedando e acolhendo viajantes. Estes eram então locais de mortalidade elevada. Por exemplo, em média, no Hospital de Setúbal, num ano, morriam cerca de 114/1000 entrados⁽⁸⁾, sendo a demora média de cerca de um mês. Segundo esse autor, os hospitais eram então locais pouco eficazes no combate à doença, pois a percentagem dos que se curavam em casa, sem apoio médico, seria semelhante à dos que se curavam nos hospitais civis dos grandes centros urbanos, como Lisboa.

Por volta de 1750, existia na Capital do Reino, para além de outros estabelecimentos assistenciais a cargo da Misericórdia⁽⁹⁾, uma grande instituição hospitalar, o Hospital Real de Todos os Santos³, criado em 1492, o qual resultou da aglutinação de dezenas de hospitais primitivos que funcionavam por todos os bairros da capital⁽¹⁰⁾, e ao qual, em 1715, haviam sido aditadas cinco enfermarias. Quatro anos antes do terramoto, em 1751, o governo de D. José determinara a compra de terrenos adjacentes a esse grandioso hospital para que pudesse ser ampliado⁽⁹⁾.

Nessa cidade, no século XVIII, morriam em média cerca de 10% dos doentes admitidos no Hospital Real de Todos os Santos e, posteriormente, no Hospital Real de São José. Apesar de Ramalho Ortigão criticar contundentemente esses hospitais, referindo-se-lhe como de insignificante contribuição para a defesa da saúde da população⁽⁸⁾, alguns autores entenderam que estas foram instituições importantes na área da assistência hospitalar e no desenvolvimento da cirurgia portuguesa, a qual continuava a crescer⁽¹¹⁾.

No Portugal do século XVIII, a assistência aos enfermos era prestada pelas Misericórdias e pelas Ordens Religiosas⁽¹²⁾. Nas enfermarias conventuais e nos hospitais da época, como o Hospital Real de Todos os Santos (HRTS), mantinham-se as práticas de cuidados de acordo com os preceitos religiosos⁽¹³⁻¹⁴⁾.

Este estudo histórico teve por objetivo analisar o cuidado prestado por enfermeiros aos feridos e enfermos do terramoto de 1755, em Lisboa.

MÉTODOS

Diante de nossa questão de investigação sobre qual o papel dos enfermeiros na assistência aos feridos e enfermos após o terramoto de 1755, elegemos o método histórico como sendo o método mais adequado para responder ao objetivo proposto e às questões de investigação que nos inquietavam: a) Quais as medidas oficiais tomadas após o terramoto, no que respeita à assistência aos feridos e enfermos? b) Como foi organizado o movimento de doentes nas enfermarias provisórias criadas após o terramoto? e c) Qual o papel dos enfermeiros na assistência aos feridos e enfermos, após o terramoto de 1755?

A consulta a diferentes fontes primárias e a análise documental possibilitaram a resposta a essas questões. A investigação histórica é um processo cognitivo que, pela análise das fontes, resulta na transformação das perspectivas que existem sobre o passado⁽¹⁵⁾. Em Enfermagem, o desenvolvimento da pesquisa em História da Enfermagem deve proteger a memória da profissão, mediante a recuperação, preservação e produção de fontes históricas⁽¹⁴⁾, analisadas de acordo com os referenciais teóricos da profissão e disciplina.

O recorte temporal do estudo situa-se entre o ano de 1755, após o dia 1 de novembro, data da ocorrência do grande sismo que dizimou Lisboa, e o ano de 1758, data em que foi publicada a obra *Memórias das principaes providencias, que se derão no terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas e offerecidas à Magestade fidelissima de El Rey D. Joseph*⁴.

A consulta às fontes primárias relativas à temática em análise foi realizada em duas instituições de referência nacional em Portugal - a Torre do Tombo e a Biblioteca Nacional -, entre os dias 3 e 30 de novembro de 2016. Foram analisadas as seguintes fontes:

1. Portarias do Governo sobre a assistência aos enfermos após o terramoto-emitidas entre 4 de novembro de 1755 e 13 de dezembro de 1758. Trata-se de diferentes manuscritos emitidos pelo Governo e dirigidos a militares com cargos charneira, dando indicações para fazer face às necessidades emergentes;

³ O Hospital Real de Todos os Santos teve como finalidade, a partir do séc. XVI, o tratamento de feridos e doentes graves, embora mantivesse espaços disponíveis para acolhimento de peregrinos e indigentes da cidade, na linha da tradição das antigas albergarias.

⁴ Essa obra terá sido mandada publicar por Sebastião de Carvalho e Melo – Marquês de Pombal -, sob o pseudónimo de Amador Patrício de Lisboa⁽³⁸⁾.

2. Enfermarias das Portas de Santo Antão, Casa dos Almadas no Rossio e em São Bento da Saúde, após o terramoto. 1755/ 1757. Portugal, Torre do Tombo, Hospital de São José, liv. 1461. Trata-se de um livro manuscrito de registo do movimento de doentes naquelas enfermarias.
3. *Memorias das principaes providencias, que se derão no terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas e offerecidas à Majestade Fidelissima de El Rey D. Joseph I.* Trata-se de uma compilação de um conjunto de documentos, como Avisos, Cartas, Portarias, Decretos, Editais, Ordens militares, Alvarás, Instruções, entre outros, que dizem respeito às medidas tomadas pela Corte após o terramoto de 1755.

Para a análise das fontes, começamos por questioná-las por meio da heurística, o que abriu a possibilidade de complementar a compreensão dos conceitos centrais dos documentos. Seguiu-se a crítica histórica, que permitiu aceder ao conteúdo informativo da fonte. A interpretação desse conteúdo informativo permitiu construir a história⁽¹⁵⁾.

Desde a concepção à redação final do artigo, respeitaram-se os princípios éticos inerentes à investigação histórica, para construir uma versão consistente, balizada e erudita dos acontecimentos⁽¹⁶⁾.

RESULTADOS

As fontes primárias que se constituíram como amostra bibliográfica para dar resposta às questões de investigação são diversificadas, não respondendo única e exclusivamente ao âmbito desta investigação. Assim, houve necessidade de selecionar, de forma criteriosa e sucinta, a informação capaz de dar resposta aos objetivos definidos e de criar dois tópicos para a apresentação dos resultados: Propósito das Providências tomadas relativas à assistência aos enfermos e Movimento dos doentes nas enfermarias provisórias criadas após o terramoto.

PROPÓSITO DAS PROVIDÊNCIAS TOMADAS RELATIVAS À ASSISTÊNCIA AOS ENFERMOS

Sebastião José de Carvalho e Melo emitiu um conjunto de documentos, estendendo-se por mais de um ano após a catástrofe, para fazer face aos diferentes problemas e necessidades existentes. Entre eles estão um conjunto de providências que se constituíram como importantes medidas na gestão do socorro às vítimas do terramoto e aos doentes⁽¹⁷⁻¹⁸⁾. A análise destas providências permitiu categorizá-las segundo o seu propósito (Quadro 1).

Quadro 1 – Tema e categorias das Providências tomadas, em 1755, na gestão do socorro às vítimas do terramoto.

Tema	Categorias
Propósito das Providências tomadas relativas à assistência aos enfermos	Recrutamento de pessoal
	Evitar a peste.
	Curar os feridos.

Fonte: Os autores

RECRUTAMENTO DE PESSOAL

Quanto ao recrutamento de pessoal, verificamos que as providências tomadas foram imediatas. Logo no dia 3 de novembro de 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo ordenou ao Monteiro-Mor do Reino: “convoque todos os médicos e cirurgiões da corte, e que dividindo-os nas turmas que lhe parecer, os mande assistir repartidamente aos enfermos e feridos que se acham em diferentes cercas religiosas (...), assistindo V. Senhoria com a botica do Hospital a todas as sobreditas enfermidades”⁽¹⁸⁾.

No dia seguinte, a 4 de novembro, a mesma ordem é reforçada fazendo referência à necessidade de ter alimentos e remédios disponíveis para os feridos e doentes, assim como os oficiais da botica a trabalhar no terreno (Figura 1).



Fonte: ANTT / Portaria do Governo sobre a assistência aos enfermos após o terramoto. 1755-11-03. Portugal, Torre do Tombo, Hospital de São José, mc 1, n.º 26, cx. 397

Figura 1 – Aviso de Sebastião José de Carvalho e Melo ao Monteiro-Mor do Reino, 4 novembro 1755

O recrutamento de profissionais experientes menciona médicos, cirurgiões e boticários da corte. Na margem dessa portaria, regista-se numa nota, em jeito de relato das ocorrências, as operações de socorro nos celeiros de S. Bento, reforçando a importância da participação de “médicos, enfermeiros com treino e serventes e serventia do Hospital Real de Todos os Santos”⁽¹⁸⁾. Essa breve observação evidencia a mobilização de enfermeiros do Hospital Real de Todos os Santos para a assistência aos feridos, pelo menos neste celeiro. Também Amador Lisboa, em 1758, relata, acerca da assistência após o terramoto de Lisboa, que “todos experimentaram com liberdade a piedosa grandeza de El Rey, sendo assistidos de prontos remédios, cirurgiões, e enfermeiros”⁽¹⁷⁾.

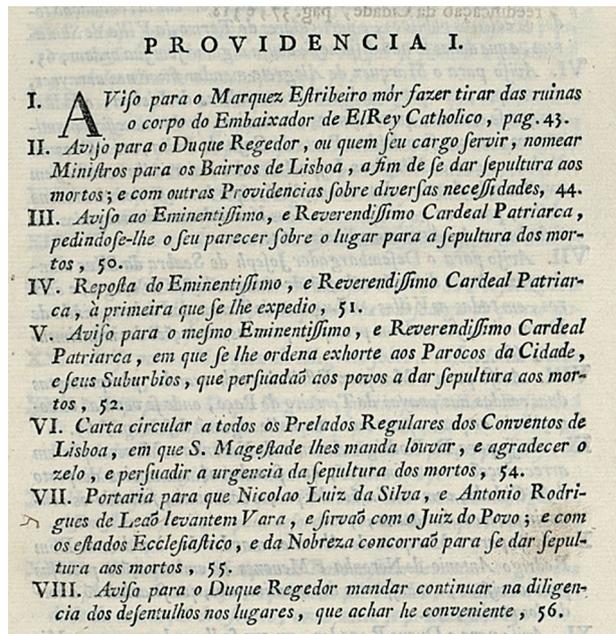
A situação de calamidade teria sido tal que todos foram chamados a participar, incluindo a família Real. El Rei contribuiu na assistência aos enfermos com vários remédios, cirurgiões e boticários que ajudaram no cuidado de inúmeras vidas, enquanto a Rainha, com as suas filhas, ajudou a desfiar panos, “cozer roupa para os remédios” e arranjar abrigo para os doentes⁽¹⁷⁾. Ela serviu de exemplo para algumas senhoras da corte que iniciaram, também, a contribuição no cuidado aos que necessitavam.

Também os religiosos, para agradar a Deus e mostrar a sua utilidade, socorreram os feridos, levando-os em ombros para as enfermarias públicas e ajudando na assistência das mesmas. Alguns religiosos, inclusive, abrigaram enfermos e feridos nos seus conventos e mosteiros⁽¹⁷⁾.

Houve um esforço de concentração dos sobreviventes, com a ajuda da população. Algumas pessoas ofereceram medicação e alimentos, outros ofereceram acomodações nas suas habitações e outros, ainda, embora cientes do perigo que corriam, ajudaram na retirada de pessoas dos escombros.

EVITAR A PESTE

Quanto à categoria evitar a peste, percebemos que a Providência I teve o propósito de “Evitar o receio da peste, que ameaçava a corrupção dos cadáveres, sendo inumeráveis, e não havendo vivos para os sepultarem pela precipitada, e geral deserção dos moradores de Lisboa”⁽¹⁷⁾ (Figura 2).



Fonte: Lisboa, 1758, s/p

Figura 2 – Providência I

A providência I encontra-se subdividida em 8 partes. Nela é relatada a necessidade de dar sepulturas a todos os mortos no terramoto, de modo a evitar epidemias. Por isso, apelou ao retorno das pessoas que saíram/fugiram da cidade para que elas regressassem e ajudassem a fazê-lo. Quem se recusasse a dar sepultura aos mortos estaria sujeito a pena de prisão. No documento, são ainda dadas orientações explícitas sobre como proceder para que o enterro fosse rápido. Alguns mortos foram sepultados em valas comuns “fossos de grande altura”, e outros foram lançados ao mar, com pesos presos aos seus corpos, a “umas léguas para lá da Barra”⁽¹⁷⁾.

CURAR OS FERIDOS

Para curar os feridos, surgiu a Providência III (Figura 3). Esta teve como propósito “*Curar os feridos, e doentes, que estavam desamparados nas ruas em perigo certo de morrerem*”⁽¹⁷⁾.

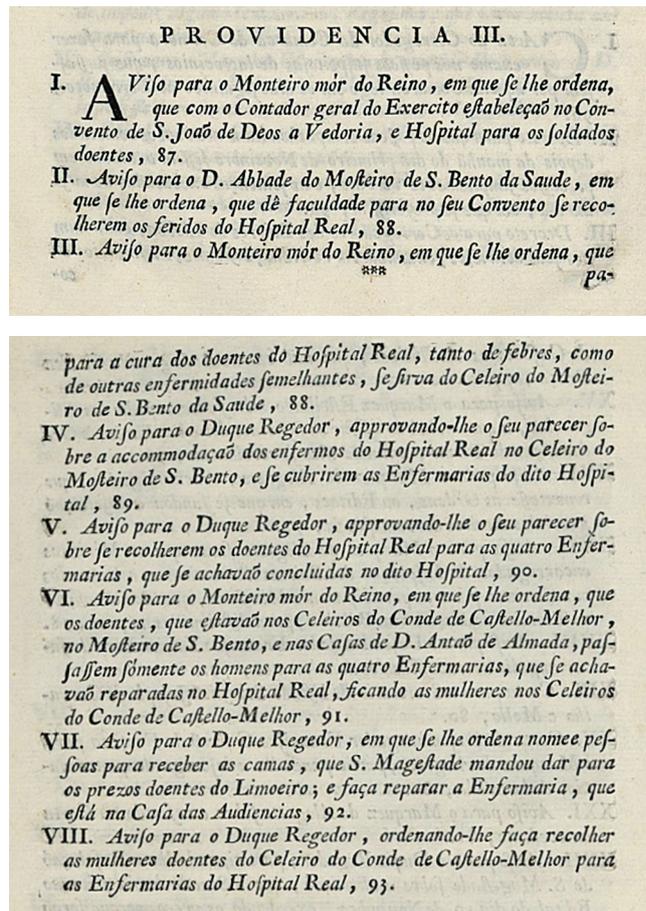
Essa Providência estava dividida em 8 partes, sendo constituída por diversos avisos oficiais e portarias, as quais permitiram gerir as operações de socorro às vítimas e a reparação das estruturas danificadas do HRTS. Daqui resultou a criação de enfermarias provisórias nos celeiros do Mosteiro dos Monges Benedictinos, nos celeiros do Conde de Castelo Melhor e no Palácio de S. Antão de Almada.

Sebastião José de Carvalho e Melo ordenou então ao Monteiro-Mor⁵ que as enfermarias do Hospital real de Todos os Santos que tinham resistido ao terramoto e incêndio continuassem em funcionamento. Nessas enfermarias, ocorreu a separação entre sexos e a tipologia de doentes por diversas enfermarias⁽¹⁷⁾.

Emitiu também um aviso, datado de 28 de fevereiro de 1756, ao Abade do Mosteiro de S. Bento da Saúde, ordenando que aí recolhessem os feridos do HRTS e os colocassem no celeiro do dito mosteiro. O aviso apelava ao “religioso ânimo” do Abade para que praticasse “atos meritórios aos olhos de Deus”⁽¹⁷⁾ e solicitava permissão para que o enfermeiro-mor encaminhasse para ele os doentes aos quais o HRTS não conseguisse dar resposta⁽¹⁷⁾.

Posteriormente, a 26 de março desse ano, em aviso remetido ao Monteiro-Mor do Reino, ordenou a transferência do HRTS para o Mosteiro de S. Bento da Saúde dos doentes das enfermarias das febres e de outras enfermarias similares⁽¹⁷⁾.

⁵ Monteiro-mor ou cou-teiro-mor era um oficial da casa real responsável pela gestão das coutadas e organização das caçadas reais e das pessoas que delas participavam.



Fonte: Lisboa, 1758, s/p

Figura 3 – Providência II

Um mês depois, o Marquês de Pombal escreveu ao Monteiro-Mor ordenando que os doentes do sexo masculino que se encontravam nas enfermarias do Mosteiro dos Monges Beneditinos, nos celeiros do Conde de Castelo Melhor e nas casas de S. Antão de Almada transitassem para quatro enfermarias do HRTS, entretanto reparadas. Deu ainda indicação para que, nas novas enfermarias, houvesse separação por sexos, por tipologia de doença e que as camas atribuídas fossem individuais, algo que na época não era habitual⁶. Como tal as mulheres ficaram ainda nos celeiros do Conde de Castelo Melhor até a reparação das restantes enfermarias, o que aconteceu apenas em dezembro de 1756⁽¹⁷⁾.

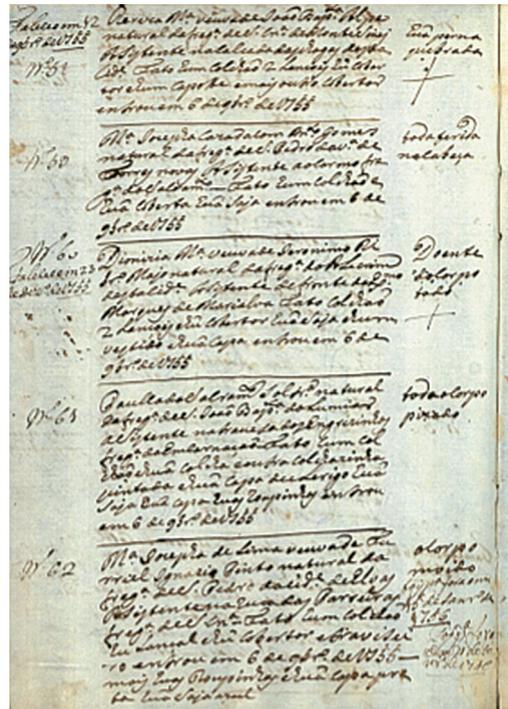
A partir de agosto desse ano, a Providência II, com a ordenação de reparação da estrutura da enfermaria e o fornecimento de camas para acomodar os doentes da Cadeia do Limoeiro, mostrou também preocupações com os enfermos presos⁽¹⁷⁾.

Movimento dos doentes nas enfermarias provisórias criadas após o terramoto

O registo das entradas de doentes e feridos nas enfermarias das Portas de Santo Antão e da Casa dos Almadás, no Rossio, foi feito num só livro (Figura 4), atualmente disponível na Torre do Tombo em Lisboa⁽¹⁹⁾. Por meio da sua análise, acedeu-se às tipologias dos doentes alvo dos cuidados dos enfermeiros após o terramoto.

O livro tem o seu primeiro registo datado de 6 de novembro de 1755. Para efeitos da sua análise, consideramos que ele se encontra estruturado em quatro partes, identificadas como I, II, III e IV, embora tal estrutura não se encontre formalmente discriminada.

⁶ Aliás, ainda na década de 1940, em Coimbra, segundo José Cortez, enfermeiro entre 1944 e 1975, era hábito coloca-rem dois doentes por cama⁽³⁹⁾.



Fonte: ANTT. Enfermarias das Portas de Santo Antão, Casa dos Almadas no Rossio e em São Bento da Saúde, após o terramoto. 1755/ 1757. Portugal: Torre do Tombo, Hospital de São José, liv. 1461.

Figura 4 – Partes do livro *Enfermarias das Portas de Santo Antão, Casa dos Almadas no Rossio e em São Bento da Saúde, após o terramoto. 1755/ 1757*

Aquela que consideramos a parte I parece ser uma secção incompleta, pois tem apenas uma nota no fim de página que indica “Fim do livro e serviço nas Portas e as casas dos Almadas no Rocio e Portas de Santo Antão”⁽¹⁹⁾. Os registos aí efetuados são de difícil leitura devido ao mau estado de conservação do documento, existindo mesmo folhas que são impercetíveis na sua totalidade, motivo pelo qual não foi analisado. As partes III e IV, igualmente em mau estado de conservação e incompletas, representam índices de óbitos e de admitidos naquelas instalações. Na parte III, faz-se nota dos falecidos “Index das pessoas que constam, e faleceram, no livro aqui encadernado que servio depois do terramoto na Serca de D. Bento”⁽¹⁹⁾. E, na parte IV, existe uma listagem dos doentes admitidos nas enfermarias: “Fim do indexo do livro que servio para os acentos dos doentes que estiveram na Serca de S. Bento. Segue-se o indexo do Livro que servio nas Casas dos Almadas no Rocio e nas Portas de S. Antão”⁽¹⁹⁾.

A parte II, apesar de incompleta, tem várias áreas perçíveis que foram alvo da nossa análise. Essa secção respeita à enfermaria de S. Bento e reporta-se ao período compreendido entre 6 de novembro 1755 e 12 de março de 1756, inclusive.

Dos registos existentes nessa parte do documento, extraímos informações que permitem categorizar o movimento dos feridos nestas enfermarias (Quadro 2).

Quadro 2 – Tema e categorias da tipologia de informação constante no Livro das Enfermarias das Portas de Santo Antão, da Casa dos Almadas no Rossio e em São Bento da Saúde, após o terramoto.

Tema	Categorias
Movimento dos doentes nas enfermarias provisórias criadas após o terramoto	Informações relativas à admissão
	Informações relativas à alta

Fonte: Os autores

Informações relativas à admissão

Essas informações eram registadas ao centro e nas margens esquerda e direita do Livro (Cf Figura 4). Na margem esquerda do Livro, podemos observar um número de ordem que nos parece corresponder ao número de admissão.

Ao centro das páginas, encontramos os dados do doente: nome, filiação, naturalidade (freguesia, paróquia), roupa que tinha quando da admissão e data em que ela ocorreu. Os admitidos eram homens e mulheres, provenientes de freguesias/paróquias que se localizavam em Lisboa, relativamente próximas do local da enfermaria em questão.

Na margem direita do Livro, existem anotações sobre o motivo de admissão na enfermaria. Essas anotações eram muito rudimentares e, em muitas situações, não existiam. Cerca de 44% desses registos não indicam o motivo de admissão, 44% referem que o motivo era a “perna quebrada”⁽¹⁹⁾, 6% tinham a “perna cortada”⁽¹⁹⁾ e 6% indicavam o “corpo todo desfeito”⁽¹⁹⁾.

Informações relativas à alta

As informações relativas à alta eram registadas nas margens esquerda e direita do Livro (Cf Figura 4). Na margem esquerda, inscrevia-se “Falecimento”⁽¹⁹⁾ sempre que se verificava um óbito, bem como a data da sua ocorrência. Na margem direita, em caso de falecimento, surge o símbolo de uma cruz (+). Em caso de alta para a comunidade, surge, nesta margem, a data da saída do doente, com a indicação “saiu fora”⁽¹⁹⁾.

DISCUSSÃO

Para dar resposta à situação de catástrofe resultante do sismo de 1755, foram tomadas várias medidas, cujo pragmatismo está bem demonstrado na conhecida expressão ‘enterrar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos’, proferida por D. Pedro de Almeida, Marquês de Alorna, mas com frequência atribuída a Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal⁽²⁰⁾, Secretário de Estado do reino durante o reinado de D. José I (1750-1777). O próprio Rei, no dia seguinte à catástrofe, ordenou a fixação de editais contendo as principais providências a fazer face ao terramoto, desde a providência de mantimentos, passando pela segurança e saúde pública⁽²¹⁾.

A preocupação inicial foi socorrer e alimentar os vivos, colocar os feridos em segurança e enterrar os mortos, de modo a conter as epidemias. A 7 de novembro, o Rei ordenou a mobilização de diversos artífices para colaborarem na causa comum de indispensável necessidade pública de dar sepultura aos mortos e preservar a saúde dos vivos, que se encontrava ameaçada pela corrupção dos corpos⁽²¹⁾.

Outras providências tomadas, no imediato, passaram pela ordem para a construção de barracas de lona (das velas e navios) para os que não tinham abrigo. Criaram-se, também, tendas e lojas provisórias para a venda de alimentos. As tendas provisórias para a prestação dos cuidados não apresentavam as condições necessárias⁽²²⁾. Os que não morreram na catástrofe, ou como resultado desta, foram trazidos, diz o padre João Baptista de Castro, “para as cabanas do Rossio onde estiveram quase três semanas expostos ao rigor do tempo”⁽²³⁾.

Foram ainda erguidos hospitais provisórios no mosteiro de S. Bento da Saúde, Palácio dos Condes de Castelo Melhor e no Palácio dos Almadas, depois no Rossio e às Portas de Santo Antão⁽²⁴⁾. As medidas impostas pelo Marquês de Pombal garantiram não só a assistência imediata de médicos, cirurgiões, boticários e enfermeiros, como também o apoio espiritual pelos religiosos, a sepultura dos mortos e o mitigar da fome que então grassava por Lisboa⁽²⁵⁻²⁶⁾.

A intervenção da medicina ficou reservada para as situações mais graves e para as classes mais abastadas. Tal como concluiu Hervé Baudry, depois de analisar uma quinzena de documentos, em particular tratados contemporâneos de medicina, a abordagem da medicina no socorro aos enfermos no terramoto de 1755 limitou-se à avaliação do número de vítimas⁽²⁷⁾. Segundo o mesmo autor, à época, a prática médica de urgência, que englobava a monitorização, os cuidados de higiene, a dieta e o descanso, à exceção dos casos mais graves, ficou reservada às classes mais favorecidas. Nessa perspectiva, foi imperioso que os outros atores (cuidadores) se ocupassem da assistência aos enfermos ou moribundos, principalmente junto dos que faziam parte das classes mais desfavorecidas. Note-se

que a mortalidade pós-sísmica aumentou pelo facto de muitas vítimas terem recusado tratamento, uma vez que este evento tinha sido considerado pela população como uma intervenção divina⁽¹⁵⁾.

Foram os párocos e os religiosos que, durante a crise de 1755, salvaram os moribundos e enterraram os mortos⁽²⁸⁾. No entanto, desconhecemos efetivamente o papel que as diferentes ordens religiosas, nomeadamente a dos Irmãos de S. João de Deus e as de S. Bento, tiveram na assistência aos feridos e doentes resultantes deste evento telúrico. No caso dos Beneditinos, sabe-se que, no próprio dia do terramoto, acolheram na cerca do seu mosteiro muitas vítimas, incluindo religiosos de outras congregações cujos mosteiros haviam sido destruídos e, no dia seguinte, levantaram um hospital onde prestaram assistência enquanto resgatavam os mortos dos escombros e os enterravam⁽²⁹⁾.

Da análise dos documentos históricos, sobressai a preocupação com o enterro dos mortos e o controlo da peste. A elevada mortalidade causada, numa primeira fase, pelo terramoto e, numa segunda, pelas complicações decorrentes dos politraumatismos, feridas, gangrena e sepsis subsequente⁽²⁷⁾, potenciada como resultado da má assepsia e inexistência de medicamentos capazes de combater a infeção, tornou emergente a resolução deste flagelo. Não nos é possível inferir qual o papel atribuído aos cuidadores neste processo, dado o registo na lista dos óbitos ocorridos nas enfermarias não nos esclarecer sobre o assunto. Nas folhas consultadas, apenas existe a indicação do número da folha onde foi realizado o registo e o primeiro e último nome do falecido, não sendo possível perceber quem fez o registo, se enfermeiro, se frade ou outro trabalhador das enfermarias.

Numa época em que a enfermagem é predominantemente religiosa, existindo diversas enfermarias conventuais onde os religiosos, sobretudo os noviços, asseguravam a prestação de cuidados aos enfermos⁽³⁰⁾, as Ordens e conventos religiosos mobilizaram-se para assegurar o socorro às vítimas. No entanto, as diferentes formas de apelo à caridade e solidariedade de todos e a iminente necessidade podem ter contribuído para que algumas das funções dos enfermeiros tenham sido assumidas por cuidadores leigos do povo e religiosos, os quais, à época, detinham nas suas congregações a missão, o saber e a arte de cuidar. Porém, a evidente presença de prestadores de cuidados no teatro de catástrofe pode fazer suspeitar a existência de uma supervisão direta dos cuidados por parte de enfermeiros experientes.

As fontes não permitem inferir as funções desempenhadas pelos enfermeiros, todavia a referência à mobilização dos enfermeiros experientes do HRTS para a assistência aos feridos permite-nos perceber que o elevado número de feridos e a complexidade das suas situações clínicas implicavam a necessidade de uma intervenção diferenciada do enfermeiro, mas levanta-nos igualmente a questão de como estes profissionais, e eventualmente os enfermeiros religiosos, coordenaram todos os cuidadores improvisados pela necessidade.

Outras investigações apontam algumas especificidades do trabalho dos enfermeiros no século XVIII que incluem o registo de prescrições, a administração dos medicamentos e tratamentos, a vigilância e assistência dos enfermos durante a alimentação, em alguns cuidados físicos, no acompanhamento dos moribundos e na administração dos sacramentos aos doentes^(14,31).

Em termos de organização do espaço físico das novas enfermarias, a informação é escassa, observa-se a indicação de separar os doentes por sexo e patologia, mas não se percebe como foi feito o controlo de outros fatores ambientais, dado que, neste período, já existia a preocupação de controlar alguns aspetos do ambiente que se consideravam capazes de interferir na qualidade dos humores corporais e na eficácia dos tratamentos aplicados⁽³⁰⁾, pelo que consideramos que investigações futuras devem explorar este aspecto.

A reconstrução arquitetónica de Lisboa merece-nos alguma atenção pelo seu impacto na saúde pública da população da cidade, no pós-terramoto. Antes deste cataclismo, Lisboa era uma cidade constituída por “um labirinto de casas e ruelas desordenadas (...) sujas e nauseabundas, de traça medieval”⁽³²⁾, onde reinava a desorganização apresentando, conseqüentemente, problemas de salubridade, e onde as ruas estreitas e a existência de inúmeros becos causavam dificuldades relativamente à circulação, higiene e segurança⁽³³⁾. As providências tomadas após o terramoto de 1755, que destruiu parte da capital do Reino de Portugal, foram o principal instrumento utilizado para evitar o caos, organizar e melhorar a cidade. Pombal, tal como o referiu no seu discurso intitulado *Discurso Político sobre as vantagens, que o Reyno de Portugal pode tirar da sua Desgraça por Occazião do Terramoto primeiro de Novembro de 1755*, viu, na crise instalada, uma oportunidade de melhoria⁽⁴⁾. A nova organização arquitetónica, orientada por este estadista, permitiu tornar Lisboa numa cidade inovadora e organizada, mais resistente a novos sismos e incêndios e com sistemas que facilitavam a drenagem de águas residuais

e pluviais e a recolha de lixo. Com a nova organização da urbe, o Marquês melhorou as condições sanitárias, o que permitiu a circulação de ar puro pelas ruas e impediu a propagação de doenças⁽³⁴⁾.

No entanto, e quanto aos enfermeiros, as fontes primárias e secundárias consultadas não nos permitiram identificar, com rigor, o exato papel que tiveram não só na prestação de cuidados, como na coordenação dos outros cuidadores, inexperientes, recrutados pela emergência das necessidades de cuidados de manutenção e de recuperação da saúde. Em muitos documentos, a referência é sempre aos cuidados de saúde sem a diferenciação do papel dos diferentes profissionais. Há, portanto, necessidade de diversificar os acervos e as fontes documentais numa tentativa de clarificar a intervenção dos enfermeiros, porque consideramos que a identidade profissional em constante transformação depende da produção sobre a sua história em prol da construção de uma enfermagem cada vez mais consciente e participativa no desenvolvimento humano⁽¹⁶⁾.

CONCLUSÃO

No dia seguinte ao terramoto, o Rei e os Ministros tomaram um conjunto de providências para possibilitar o socorro às vítimas, a hospitalização das situações graves e a sepultura dos mortos, vista como uma estratégia de saúde pública para o controlo da peste.

Numa cidade com uma arquitetura tortuosa e sem um plano de emergência municipal para este tipo de calamidades, todos foram chamados a ajudar e a prestar apoio, direto ou indireto, aos seus semelhantes.

As ordens religiosas assumiram responsabilidades na cedência de espaços para enfermarias e de enfermeiros religiosos. Houve mobilização dos profissionais do Hospital Real de Todos os Santos para a assistência aos feridos em outros locais da cidade, com a clara indicação de que esses enfermeiros tivessem treino.

A assistência na saúde prolongou-se por vários meses, com mobilização de doentes entre as enfermarias improvisadas e o Hospital Real de Todos os Santos, entretanto reparado. Nas novas enfermarias, havia indicação para os enfermos serem separados consoante o sexo, o tipo de doença e com a salvaguarda de que as camas atribuídas fossem individuais, algo que na época não era habitual.

É difícil reconstruir a atuação dos enfermeiros no terreno, as funções desempenhadas e o apoio/orientação dados às pessoas que auxiliaram no socorro aos feridos e enterraram os mortos, apesar de ser incontestável que eles estiveram lá e, à semelhança de todo o outro pessoal de saúde, desempenharam um importante papel em tempo de catástrofe.

REFERÊNCIAS

1. Newitt M. Portugal in European and world history. Newitt M Editor. Great Britain: Cromwell Press Group; 2009.
2. Carreira A. Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano. Tese de doutoramento em História da Arte. Lisboa; 2012.
3. Pereira C. Contribuição para a identificação demográfica de uma população catastrófica por parâmetros dentários : população não identificada relacionada com o terramoto de Lisboa de 1755. Tese de doutoramento em Ciências e Tecnologias da Saúde. Lisboa; 2010.
4. Bandeira R, Gandra S. Reflexão acerca da gestão das operações de socorro no terramoto de 1755. In: Lourenço L, Santos A. (edt.) Terramoto de Lisboa de 1755: o que aprendemos 260 anos depois? Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra; 2015.
5. ANTT. Exposições Virtuais: Nascimento de D. José I. [Online].; 2015 [cited 2017 0926. Available from: <http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/nascimento-d-jose/>.
6. Editora P. Artigos de apoio: D. João V. [Online].; 2003-2017 [cited 2017 09 26. Available from: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$d.-joao-v](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$d.-joao-v).
7. Barreiros BPF. Concepções do corpo no Portugal do Século XVIII: Sensibilidade, higiene e saúde pública. Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em História, Filosofia e Património da Ciência e da Tecnologia. Lisboa: FCTUNL; 2014.
8. Cosme J. A consciência sanitária em Portugal nos séculos XVIII-XIX. CEM, Cultura, Espaço & Memória. 2014: p. 45-62.

9. Ribeiro LpT. A arquitetura neopalladiana portuense: O Hospital de Santo António (1769- 1832), Vol. I. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa. Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto; 2012.
10. Silva JM. Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911 – 1ª Parte. RFML, III. 2002: p. 237-249.
11. Ribeiro LPT. A arquitetura neopalladiana portuense: O Hospital de Santo António (1769-1832). Volume 1. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras; 2012.
12. Silva, H. (2014). Influências estrangeiras nos hospitais portugueses: o caso da enfermagem religiosa (Finais do séc. XIX). CEM, Cultura, Espaço e Memória, CITCEM, 5: 63-75
13. Ferreira, Ó.; Santos, L. L.; Baixinho, C. L.; Pereira, I. F.; Henriques. H. R. & Moreira, V. (2016). Transição hospital eternidade na Lisboa de 1620 na obra de Frei Nicolau Doliveira (p.85-86). In Baixinho, C. et all (coord) - I Congresso Internacional Gestão da Transição Segura (ebook). Academia CUF e Escola Superior de Enfermagem de Lisboa. Vila Franca de Xira.
14. Baixinho C, Pereira I, Ferreira Ó, Rafael H. Os Frades Enfermeiros. Revista referência. 2016: p. 248.
15. Rusen J. Reconstrução do passado. Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica Brasília: Editora UnB; 2007.
16. Peres MAA, Santos TCF. Ética na pesquisa histórica em enfermagem e saúde - perspectiva à integridade científica. Hist enferm Rev eletrónica [internet]. 2015: p. 1-3.
17. Lisboa APd. Memorias das principaes providencias, que se derão no terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas e offerecidas à Magestade fidelissima de El Rey D. Joseph Lisboa; 1758.
18. ANTT. Portaria do Governo sobre a assistência aos enfermos após o terramoto. 1755-11-03. Portugal: Hospital de São José, mç 1, n.º 26 , cx. 397, Torre do Tombo.
19. ANTT. Enfermarias das Portas de Santo Antão, casa dos Almadras no Rossio e em São Bento da Saúde, após o terramoto. 1755/ 1757. Portugal: Torre do Tombo, Hospital de São José, liv. 1461.
20. Jesus VMA. Miguel rovisco: O Teatro da História. Tese de Doutoramento. Universidade de S. Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas; 2008.
21. Brito AM QM. O terramoto de 1755 nas Consultas, Decretos e Avisos do Senado da Câmara de Lisboa na época de D. José. Cadernos do Arquivo Municipal. 2005: p. 57-79.
22. Lemos M. História da medicina em Portugal: doutrinas e instituições. 2º edição Lisboa: Dom Quixote; 1991.
23. Castro JB. Mappa de Portugal Antigo e Moderno. Tomo III, Parte V. 2nd ed. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luís Ameno; 1763.
24. ANTT. Portaria do Governo sobre a assistência aos enfermos após o terramoto. 1755-11-03. Portugal: Hospital de São José, mç 1, n.º 26 , cx. 397, Torre do Tombo.
25. Ferreira A. Cuidem dos vivos enterrem os mortos - o socorro no terramoto de Lisboa. In Dos Ris-cos à Criminalidade; 2015; Braga.
26. Tavares MJF, Amador F, Pinto MS. O terramoto de Lisboa de 1755: tremores e temores. Cuad. Di-ecioch. 2005: p. 43-77.
27. Baudry H. Médecine et médecins face au tremblement de terre de Lisbonne en 1755. Dix-huitième siècle. 2009: p. 201-216.
28. Branco C. Perfil do Marquez de Pombal Porto: Clavel e Companhia; 1882.
29. Lisboa CMD. Manuscrito coevo sobre o Terramoto de 1755 em livro. [Online].; 2016 [cited 2017 09 26. Available from: <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/manuscrito-coevo-sobre-o-terramoto-de-1755-em-livro>.
30. Ferraz I, Baixinho C, Rafael H. Primeiro livro em Portugal escrito por enfermeiro (1741): contribuição para a formação de enfermeiros religiosos. Hist enferm Rev eletrónica [Internet]. 2015: p. 288-98.

31. Baixinho C, Pereira I, Rafael H. La vida cotidiana de los monjes enfermos en el Convento de Mafra (siglo XVIII). In Fernandez M, Martinez A, Martinez M. Un Siglo Cuidando a la Sociedad: Centenario del Reconocimiento Oficial de la de la Enfermería en España. Santander: Colegio de Enfermería de Cantabria; 2016. p. 587-592.
32. Firmino T. A cidade antes de 1755: Renasceu a Lisboa antes do terramoto. Público. 2010 Nov;(Comunicação Social SA, 25 nov).
33. Santos M. Estudo dos danos ocorridos em Lisboa causados pelo terramoto de 1755: quantificação e discussão. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Engenharia Civil Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior Técnico; 2008.
34. Vale G. Um terramoto, uma biblioteca, um jornal: a emergência de uma nova ordem social pelos impressos luso-brasileiros nos séculos XVIII e XIX. Tese Doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; 2016.
35. Lourenço L SA. Terramoto de Lisboa de 1755: o que aprendemos 260 anos depois? Coimbra: Im-prensa da Universidade de Coimbra; 2015.
36. Richter CF. In instrumental earthquake magnitude scale. Bulletin of the Seismological Society of America. 1935; p. 1-32.
37. Lorenzetto MS. Em pauta: Dia de Todos os santos. Porque é em 1 de novembro? Campo Grande news. 2016 Outubro 30.
38. Saraiva JHS. História de Portugal Mem-Martins: Publicações Europa América; 1993.
39. Rodrigues MA. Ser enfermeiro nos anos 40: Testemunho de José Cortez. Referência. 2006: p. 83-88.